



POROSRIO

ATA DE REUNIÃO

ATA DA 32^a REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE AUTORIDADE PORTUÁRIA DO RIO DE JANEIRO

Aos dez dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e cinco, às nove horas e 21 minutos, realizou-se em formato híbrido (por videoconferência pela plataforma Microsoft Teams e presencial no Porto do Rio de Janeiro – Av. Rodrigues Alves, 20 – 1º andar – Sala CCCSP – Centro – Rio de Janeiro – RJ), a 32^a Reunião Ordinária do Conselho de Autoridade Portuária do Rio de Janeiro, sob a presidência de Leonardo Cahuê Martins, representante do Ministério de Portos e Aeroportos, contando com a participação dos seguintes representantes, Ciro Augusto Castilho Silva (titular) - Receita Federal, Capitão de Fragata Pedro Leonardo Marcon (Autoridade Marítima), Sérgio Fernando de Amaral Chaves Júnior (titular) - Estado; **Empresarial:** Carlos Eduardo Moreira Portella (titular) – AEB, Filipe da Costa Coelho (titular) - ABTRA, Luiz Henrique de Vasconcellos Carneiro (titular) – Sindoperj e Rodrigo Salles (suplente) ABTP e dos **Trabalhadores Portuários:** Ernani Florencio Duarte (titular) – FNE e Sérgio Magalhães Giannetto (titular 1) FNP; **Convidados:** Jorge da Silva Dantas, Aldo Carvalho Ribeiro, Fernanda Leiko Godinho Sasaoka Bezerra, Eduardo Correa Miguez e Victor Gomes Paulo Smith – PortosRio, Daniel Mancebo – Prefeitura do Rio de Janeiro, Gabriela Campagna – SEENEMAR, Márcio Fortes – FIRJAN, Igor Kishi – ANVISA, Jonas Soares – ANTAQ, Mário Meira – ABTP, André Seixas – Logística Brasil e Carlos Cordovil – Abrabunker.

Item 1 – EXPEDIENTE:

Subitem 1.1 – Verificação do quórum e abertura da reunião. Após verificação do quórum, o presidente deu as boas-vindas aos participantes e declarou aberta a reunião.

Subitem 1.2 – Exame, aprovação e assinatura de Atas de Reuniões anteriores.

O Presidente submeteu à apreciação do Conselho a ata da 31^a Reunião Ordinária do CAP/RJ. Não havendo manifestações por parte dos conselheiros, a ata foi aprovada por unanimidade e autorizada sua publicação no site da PortosRio.

Subitem 1.3 – Apresentação e eventual posse de conselheiros.

Formalizada a posse de Rodrigo Sales, designado pela Portaria nº 457, de 28/07/2025, da Secretaria Nacional de Portos do Ministério de Portos e Aeroportos, representante da Associação Brasileira dos Terminais Portuários - ABTP, no Conselho de Autoridade Portuária do Porto do Rio de Janeiro, como suplente, ficando definido que o termo correspondente será encaminhado por e-mail para assinatura.

Subitem 1.4 – Leitura e eventual distribuição de documentos recebidos/expedidos pelo Conselho.

Não houve recebimento ou expedição de documentos pelo Conselho.

Subitem 1.5 – Informações gerais e/ou esclarecimentos preliminares.

O Conselheiro Filipe Coelho (ABTRA) registrou a preocupação do setor, juntamente com a Firjan, quanto ao risco de impacto sobre o benefício fiscal instituído pela Lei nº 9.025/2020 (*Rio Log*), diante da proposta de alteração no recolhimento do FOT apresentada pela Secretaria de Fazenda. Ressaltou que a medida contraria os esforços do Governo do Estado e da iniciativa privada para atrair grandes empresas e *trading companies* ao Rio de Janeiro, podendo comprometer a recuperação da movimentação portuária. Solicitou que o Conselho avalie a possibilidade de apoiar essa pauta em defesa da competitividade do setor.

2 - ORDEM DO DIA:

2.1 – Caravana da Inovação MPOR e Reunião com a Superintendência de Portos e Logística Portuária da SEENEMAR – Leonardo Martins

O Presidente do CAP relatou sobre o encontro realizado na SEENEMAR em 09/10/25, com a participação membros do CAP e da Dra. Gabriela Campagna, agradecendo a receptividade. Destacou que a reunião abordou benefícios e incentivos fiscais voltados à manutenção da competitividade do Rio de Janeiro na movimentação portuária, ressaltando a importância do diálogo contínuo entre o setor e o Governo do Estado.

A Dra. Gabriela Campagna agradeceu a presença dos conselheiros e ressaltou que a aproximação entre a SEENEMAR, o setor portuário e o Ministério faz parte das atribuições da Secretaria, destacando o diálogo permanente com o setor. Apresentou as principais ações em andamento desde dezembro, voltadas a portos, terminais e estaleiros, com foco em infraestrutura, eletrificação e descarbonização, incluindo um projeto junto ao Governo da Coreia do Sul e iniciativas de iluminação eficiente em embarcações.

No âmbito do Grupo de Trabalho de Logística e Infraestrutura da CEDEMAR, informou o avanço de três frentes: manutenção dos incentivos do FOT, ampliação do prazo de pagamento do ICMS para empresas *offshore* e proposta de isenção de ICMS para a cabotagem, possivelmente estendida às cargas conteinerizadas.

Nas manifestações dos conselheiros, Filipe Coelho destacou o potencial do Rio de Janeiro para alcançar posição de destaque nacional em movimentação portuária, ressaltando a importância de políticas fiscais e logísticas para a competitividade do setor. André Seixas reforçou a necessidade de incentivos fiscais e melhorias de infraestrutura, com maior integração entre Estado, SEENEMAR e operadores portuários.

O Presidente concluiu enfatizando a importância da articulação institucional e do acompanhamento das iniciativas voltadas à ampliação de prazos e isenções fiscais, bem como à transição energética, incluindo projetos de eletrificação de embarcações e iluminação eficiente.

Por fim, informou sobre a realização do **Comexlog RJ 2025**, nos dias 14 e 15 de outubro, no Píer Mauá, e da **Caravana da Inovação Portuária**, promovida pelo Ministério de Portos e Aeroportos em parceria com o Comexlog, com visitas técnicas no Porto do Rio e ao Porto do Açu (atividade *Conecta Cais*), ressaltando a relevância das ações para inovação e sustentabilidade no setor.

2.2 – Impacto das medidas protecionistas dos EUA nas cargas embarcadas no Rio – Sindoperj, ABTP, Logística Brasil e AEB (atualização)

Os representantes do SINDOPERJ, ABTP, Logística Brasil e AEB apresentaram atualização sobre os impactos das medidas tarifárias protecionistas dos Estados Unidos sobre as exportações pelo Porto do Rio de Janeiro. Luiz Henrique Carneiro informou que, com base nos dados de setembro, não houve redução significativa no volume de contêineres destinados aos portos norte-americanos, observando inclusive recuperação em relação a meses anteriores. Ressaltou que a análise se baseia apenas nos dados da MultiRio, não incluindo outras instalações portuárias, e que possíveis deslocamentos de cargas entre portos podem influenciar os números, sendo necessária cautela na interpretação dos resultados.

Filipe Coelho acrescentou que, embora alguns clientes tenham suspendido embarques, os volumes foram compensados por outras cargas, de forma que o impacto global sobre a movimentação permanece limitado. Carlos Portella destacou que as tarifas afetam principalmente produtos de maior valor agregado, como café solúvel e calçados, enquanto commodities como café em grão apresentam menor sensibilidade. Observou-se também que diálogos com associações internacionais buscam mitigar impactos, especialmente para

produtos que possuem alternativas competitivas de origem internacional.

O Presidente do CAP ressaltou que a consolidação das estatísticas da ANTAQ, prevista para os próximos meses, permitirá avaliação mais precisa dos efeitos globais das medidas protecionistas sobre o comércio exterior brasileiro e, especificamente, sobre o Porto do Rio de Janeiro, oferecendo uma visão abrangente e consolidada para acompanhamento futuro.

2.3 – Participação do Escritório de Planejamento da Prefeitura – Daniel Mancebo

O Presidente do CAP destacou a importância da participação do Escritório de Planejamento da Prefeitura do Rio de Janeiro, representado por Daniel Mancebo, para dar continuidade ao trabalho de aproximação junto ao Conselho. Observou que a presença institucional da Prefeitura tem sido limitada, com a última participação registrada em abril, e informou que já foi preparado expediente solicitando oficializar a indicação de Mancebo como titular ou suplente, garantindo sua participação regular e a integração da visão de planejamento às ações portuárias.

Daniel Mancebo agradeceu o convite e explicou que a participação oficial da Prefeitura ocorre historicamente por meio da CCPAR, tendo sido afetada por mudanças internas em órgãos municipais. Comprometeu-se a submeter internamente as demandas do CAP antes do recebimento do ofício, visando agilizar respostas e facilitar a integração.

O Presidente reforçou a relevância do Escritório de Planejamento para articular políticas públicas e dar visibilidade às ações portuárias junto a órgãos municipais e secretarias finalísticas. Mencionou ainda as reuniões ocorridas com equipes do Centro de Operações da Prefeitura e da Secretaria de Desenvolvimento Econômico para tratar de temas estratégicos relacionados ao Porto e à cidade.

Daniel Mancebo afirmou que a Prefeitura está aberta à cooperação, podendo apoiar ações do CAP e articular com outros órgãos municipais. Destacou a importância de integrar dados de monitoramento, como câmeras e sistemas de segurança, para reforçar o acompanhamento e a segurança nas áreas portuárias.

André Seixas ressaltou que a logística portuária pode contribuir tecnicamente para o município e que a participação da autoridade portuária nos comitês municipais é essencial para promover soluções práticas, inclusive em logística reversa e transporte de cargas.

O Presidente do CAP encerrou destacando a importância da aproximação institucional e da articulação intersetorial, considerando o Porto como ativo estratégico da cidade e do Estado, e agradeceu a participação de Daniel Mancebo, enfatizando a relevância de seu acompanhamento nas próximas reuniões.

2.4 – Controle de Acesso ao Porto e Licenças ambientais para contratos de dragagem - Participação da SUPGUA, SUPTIN e SUPSUN.

O Conselheiro Filipe Coelho (ABTRA) agradeceu o convite do Superintendente da Guarda Portuária, Jorge Dantas, para reunião realizada na semana anterior, destacando que o encontro teve como objetivo tratar da otimização da gestão de acessos ao Porto do Rio de Janeiro. Informou que, após mais de dois anos de trabalho conjunto com a equipe de TI da MultiRio, foi desenvolvido um sistema automatizado (SGAD) para aprimorar o controle de acessos e implementar indicadores de desempenho, e que qualquer alteração no sistema deve ser precedida de consulta à comunidade portuária.

O Superintendente Jorge Dantas relatou que assumiu recentemente a função e, ao tomar conhecimento de um processo em andamento para substituição do SGAD, iniciou diálogo com representantes do Porto, incluindo terminais, sindicatos e operadores. Ressaltou que não haverá alteração no sistema sem ampla discussão, garantindo que a transição seja gradual, participativa e tecnicamente segura, sem prejuízos às operações e ao controle portuário.

Dantas explicou que a possível mudança está sendo conduzida desde o início do ano, incluindo a contratação de um novo sistema, o OpenPort, e que a transição envolverá apenas a mudança de servidor e a implementação do módulo de controle de acesso, com abertura de código-fonte, respeitando a LGPD. Destacou a importância de transparência e participação de todos os atores envolvidos, evitando que a mudança seja percebida como iniciativa exclusiva da nova gestão.

Os Superintendentes da SUPGUA e SUPTIN reforçaram que a transição deve ser planejada e gradual,

assegurando segurança operacional e preservando funcionalidades essenciais do SGAD. Filipe Coelho reiterou que qualquer alteração só deve ocorrer com diálogo contínuo e planejamento, garantindo melhoria em relação ao sistema existente.

O Presidente do CAP/RJ enfatizou a necessidade de acompanhar de perto a transição, garantindo a continuidade das operações e preservando os interesses da comunidade portuária. O Sr. Eduardo Miguez confirmou seu compromisso de monitoramento e participação nas discussões, sugerindo que assuntos relevantes sejam previamente comunicados aos conselheiros.

O Presidente agradeceu aos superintendentes pela colaboração e reforçou que o sistema atual tem funcionado corretamente, ressaltando que a transição para um novo sistema deve ocorrer de forma harmônica, sem comprometer operações, segurança ou integridade das informações. Os conselheiros destacaram que o SGAD foi desenvolvido ao longo de três anos com ampla participação da comunidade portuária e que suas funcionalidades operacionais devem ser preservadas no novo sistema.

Em relação à dragagem, o Conselheiro Luiz Henrique Carneiro informou a existência de ação do GAEMA (Ministério Público Ambiental do Rio de Janeiro) contra o INEA, relacionada ao ponto de despejo conhecido como Ponto F, esclarecendo que a medida não envolve a Companhia Docas nem os operadores portuários. Destacou que a decisão judicial de primeira instância tem gerado interpretações distintas, causando preocupação quanto às futuras licenças de dragagem. Ressaltou a importância de transparência e de um sistema público de monitoramento do Ponto F, a fim de evitar conflitos institucionais e garantir segurança e continuidade das operações.

Gabriela Campagna explicou que o processo judicial se refere a dragagens antigas, realizadas há cerca de 15 a 20 anos, e que as licenças ambientais atuais já incluem condicionantes específicas de monitoramento. Informou que o INEA acompanha as operações com base em planos de dragagem e fiscalizações por amostragem, destacando que as dragagens em curso são benéficas para a navegabilidade e oxigenação das águas.

Carneiro reforçou a necessidade de maior transparência e de um gestor único para o Ponto F, com verificações periódicas. Gabriela acrescentou que o uso de sistemas de monitoramento contínuo é fundamental para assegurar rastreabilidade das operações. O Presidente do Conselho destacou a importância do acompanhamento próximo e da cooperação entre os órgãos, de modo a evitar impactos sobre novas dragagens em decorrência de conflitos antigos.

Os conselheiros ressaltaram a importância de fortalecer a transparência, o controle centralizado do Ponto F e a cooperação institucional entre os órgãos ambientais e portuários, garantindo a continuidade das dragagens com segurança ambiental e operacional.

A Superintendente Substituta Fernanda Susuoka (SUPSUN) apresentou atualização sobre os processos de dragagem, destacando o andamento das intervenções no Canal do Mangue e no Canal da Barra Grande com o Cais da Gamboa. Informou que ambas se baseiam em licenças do INPH com volumes já expirados e que foram solicitados averbações e ajustes devido à identificação de áreas com material potencialmente contaminado. Explicou que os planos de dragagem já foram protocolados e receberam parecer técnico favorável, aguardando apenas a anuência final para execução.

Igor Ticchetti Kishi relatou problemas sanitários identificados em embarcações utilizadas nas dragagens, resultando em suspensões e processos administrativos. Reforçou a necessidade de cumprimento rigoroso das normas sanitárias brasileiras para evitar novas paralisações. Fernanda informou que a fiscalização continuará acompanhando os planos de monitoramento das empresas responsáveis.

O Almirante Sérgio Chaves Jr. mencionou a amplitude das discussões e a participação dos órgãos competentes, defendendo maior integração institucional e disponibilidade de recursos para acompanhamento efetivo das dragagens. Destacou que a solução depende de alinhamento entre todos os atores, com base técnica e transparência.

O convidado Mário Meira (ABTP) destacou a importância das dragagens para garantir segurança da navegação e evitar perda de cargas, informando que as pendências nos processos do Canal do Mangue e do Cais da Gamboa estão próximas de solução, restando apenas a assinatura de parecer e a entrega de relatório de sedimentação. Ressaltou que a etapa técnica mais complexa, referente à derrocagem de pedras, já foi concluída, e defendeu a criação de um gestor responsável pelo Ponto F.

O Presidente reforçou a necessidade de alinhamento entre os órgãos envolvidos e destacou o papel do CAP

como espaço de articulação para aprimorar as operações portuárias. Agradeceu as contribuições e propôs a realização de reunião com o INEA, sugerindo o dia 13 de novembro para atualização sobre os processos e posicionamento do órgão quanto aos interesses da comunidade portuária.

2.5 – Apresentação relativa à movimentação, combinada com as informações de faturamento – PortosRio.

O Sr. Victor Smith iniciou sua apresentação agradecendo ao Presidente do CAP/RJ pelo convite e explicou que a análise estava baseada em duas fontes de dados: de janeiro a julho de 2025, provenientes do Estatístico Aquaviário da ANTAQ, e de agosto a setembro de 2025, extraídos da plataforma de comércio exterior do MDIC (ComexStat), mais atualizados. Segundo o Sr. Victor, a movimentação nacional portuária atingiu 780 milhões de toneladas no período janeiro-julho, apresentando crescimento de 1,8% em relação a 2024, com estabilidade geral no ano. Destacou-se a queda de 2 milhões de toneladas na movimentação de minério no Porto de Itaguaí, parcialmente compensada pelo crescimento de 1,8 milhão de toneladas no Porto do Rio, que mantém tendência de crescimento constante desde 2021.

No Porto do Rio, Victor apontou aproximadamente 70% da movimentação ocorre em longo curso e 30% em cabotagem, com equilíbrio entre embarque e desembarque de cargas, predominando o desembarque devido às importações de contêiner. Todas as naturezas de carga – conteinerizada, granel sólido, granel líquido e carga geral – apresentaram evolução em relação a 2024, influenciadas, entre outros fatores, pelo aumento da importação de trigo, pela operação da refinaria (granel líquido) e pela exportação de ferro gusa (granel sólido). As principais correntes comerciais do Porto do Rio destacaram-se para os Estados Unidos, com exportação de granel sólido, e China, com importação de carga conteinerizada, ambas registrando recordes históricos de volume.

Durante a apresentação, o conselheiro Filipe Coelho questionou sobre o volume de cargas importadas, especialmente em casos de transbordo, e se os dados apresentados correspondiam apenas a cargas nacionalizadas. O Sr. Victor Smith esclareceu que os dados consideram atracções, sem detalhamento por tipo de operação de carga, e que ajustes para discriminar baldeação e importação de longo curso serão implementados até o final do ano, após a integração dos sistemas Docas/ANTAQ. O conselheiro André de Seixas complementou que a baldeação está incluída nos registros atuais. Filipe Coelho reforçou a necessidade de evitar sobreposição de dados para garantir a correta interpretação do crescimento de 34% nas importações pelo Porto do Rio.

O Sr. Victor Smith também apresentou dados de exportação detalhados para o período de janeiro a setembro de 2025, destacando a movimentação de 2.535 códigos NCM, sendo 66 isentos de tarifas e o restante tarifado. Para os Estados Unidos, o ferro gusa foi o principal produto exportado, com destaque também para o café, enquanto exportações de café para a Alemanha apresentaram crescimento expressivo, superando o volume destinado aos Estados Unidos. Observou-se pico de exportações em julho, seguido de queda em agosto e setembro, atribuída à antecipação de embarques e incerteza tarifária.

Ao final, o Sr. Victor Smith colocou-se à disposição para esclarecimentos adicionais e para realização de fóruns paralelos sobre detalhamento por tipo de operação de carga.

O Presidente do CAP/RJ, agradeceu a apresentação, ressaltando a relevância da análise comparativa com os dados da ANTAQ e destacando a importância de informações atualizadas e tempestivas para apoiar decisões da superintendência e do setor empresarial.

2.6 – Informes do CONSAD. Não houve apresentação de informes.

ASSUNTOS GERAIS (Informes, por conselheiros e convidados, para tratar de diversos temas)

Conselheiro Portella informou sobre iniciativas para aproximar exportadores do Porto do Rio de Janeiro. Destacou que, com a posse do novo presidente do Centro de Comércio de Café do Rio, realizou reuniões e visitas aos terminais, incluindo Brasil Terminal e TECON Sepetiba, com o objetivo de identificar as necessidades dos clientes e entender os motivos pelos quais escolhem não operar no Porto do Rio.

Relatou que esteve em Vitória, constatando que muitos exportadores não têm clareza sobre as vantagens do Porto do Rio. Destacou que pretende, em parceria com a Prefeitura, divulgar mais as potencialidades do

Porto e espera contar com o apoio do órgão para essas ações. Informou que, no início de novembro, uma delegação de aproximadamente 10 exportadores de café de Santos participará de apresentações nos terminais Multi, Brasil Terminais e Sepetiba TECON, seguidas de visitas ao Porto do Rio e ao Porto de Itaguaí.

Ressaltou que a iniciativa visa retomar práticas de aproximação com clientes, que já haviam sido adotadas no passado, e que o mesmo modelo poderá ser aplicado a outras cargas, como rochas. Também mencionou a importância do apoio dos terminais Multi, CPS e CPTB Tecon para viabilizar essas ações.

ENCERRAMENTO DOS TRABALHOS

Não havendo outros assuntos a serem tratados, o Presidente agradeceu a participação dos conselheiros e convidados, declarando encerrada a reunião às doze horas e 12 minutos e solicitou a lavratura da presente ata.

(assinado eletronicamente)

Leonardo Cahuê Martins

Presidente do CAP/RJ

(assinado eletronicamente)

Juliana Rodrigues Fonseca

Assistente Sênior de Órgãos Colegiados Substituta

Poder Público:

(assinado eletronicamente)

Capitão de Fragata Pedro Leonardo Marcon

Membro suplente - Autoridade Marítima

(assinado eletronicamente)

Ciro Augusto Castilho Silva

Membro titular - Receita Federal

(assinado eletronicamente)

Sérgio Fernando de Amaral Chaves Júnior

Membro Titular - Estado

Classe Empresarial:

(assinado eletronicamente)

Carlos Eduardo Moreira Portella

Membro titular – AEB

(assinado eletronicamente)

Filipe da Costa Coelho

Membro titular – ABTRA

(assinado eletronicamente)

Luiz Henrique de Vasconcellos Carneiro

Membro titular – Sindoperj

(assinado eletronicamente)

Rodrigo Salles

Membro suplente - ABTP

Trabalhadores Portuários:

(assinado eletronicamente)

Ernani Florencio Duarte

Membro titular – FNE

(assinado eletronicamente)

Sérgio Magalhães Giannetto

Membro titular - FNP



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Eduardo Collares Moreira Portella**, Usuário Externo, em 30/01/2026, às 15:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 3º, inciso V, da Portaria nº 446/2015 do Ministério dos Transportes.



Documento assinado eletronicamente por **CIRO AUGUSTO CASTILHO SILVA**, Usuário Externo, em 30/01/2026, às 15:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 3º, inciso V, da Portaria nº 446/2015 do Ministério dos Transportes.



Documento assinado eletronicamente por **Luiz Henrique de Vasconcellos Carneiro**, Usuário Externo, em 31/01/2026, às 10:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 3º, inciso V, da Portaria nº 446/2015 do Ministério dos Transportes.



Documento assinado eletronicamente por **Sérgio Magalhães Giannetto**, Usuário Externo, em 02/02/2026, às 07:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 3º, inciso V, da Portaria nº 446/2015 do Ministério dos Transportes.



Documento assinado eletronicamente por **Leonardo Cahuê Martins, Presidente do CAP/RJ**, em 02/02/2026, às 11:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 3º, inciso V, da Portaria nº 446/2015 do Ministério dos Transportes.



Documento assinado eletronicamente por **Juliana Rodrigues Fonseca, Assistente Sênior de Órgãos Colegiados Substituto(a)**, em 04/02/2026, às 10:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 3º, inciso V, da Portaria nº 446/2015 do Ministério dos Transportes.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.transportes.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&acao_origem=documento_conferir&lang=pt_BR&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **10767660** e o código CRC **5BDAA3B5**.



Referência: Processo nº 50905.002930/2021-15



SEI nº 10767660

Rua Dom Gerardo 35, 10º andar - Edificio Sede - Bairro Centro
Rio de Janeiro/RJ, CEP 20090-905
Telefone: 2122198600 - www.portosrio.gov.br